



## ENTRE DOIS MUNDOS: TURISMO DE BASE LOCAL NA COMUNIDADE DE PONTA GROSSA – ICAPUÍ-CEARÁ

*Between two worlds: local based tourism in the community of Ponta Grossa – Icapuí-Ceará*

*Entre dos mundos: turismo de base local en la comunidad de Ponta Grossa – Icapuí-Ceará*

Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi\*  
Jaci Câmara de Albuquerque\*\*

### RESUMO

A comunidade de Ponta Grossa, localizada à beira mar, no município de Icapuí-Ceará, região Nordeste do Brasil, ocupa uma faixa da praia de um quilômetro, onde residem cerca de trezentas pessoas, todas originadas do mesmo tronco familiar. A comunidade sobrevive à base do turismo comunitário que substituiu a cultura pesqueira devido à escassez de peixes e lagostas. Do alto, se vê o mar aberto, a vegetação formada por coqueiros, falésias e plantas nativas, ainda estão dispostas de maneira a conter o avanço do mar, que ocorre de maneira decisiva e com intensidade, destruindo as casas dos pescadores da comunidade. A convivência dos turistas com a comunidade ocorre de maneira respeitosa entre os pescadores mais velhos, as senhoras rendeiras, com seus relatos de luta. A pesquisa teve por objetivo investigar a importância que o turismo de base comunitária incide sobre a população, além de evidenciar a contradição social e econômica ali existente amparada pela política pública estadual, responsável pela implantação dessa modalidade de turismo. As dificuldades para sobrevivência, uma delas relacionadas ao poder do território, cada vez mais minorado, de um lado, pelo avanço do mar, de outro, por grandes latifúndios, contrasta com a pobreza e a simplicidade do povo de Ponta Grossa.

**Palavras-chave:** Turismo. Sobrevivência. Território. Política-pública.

### ABSTRACT

The community of Ponta Grossa in the municipality of Icapuí in Ceará, Brazil's Northeast region is located by the sea, occupying a strip of beach a kilometer, home to about three hundred people, all originated from the same family trunk. The community survives the basis of community tourism which replaced the fishing culture due to the scarcity of fish and lobsters. From the top, you see the open sea, the vegetation formed by coconut trees, cliffs and native plants, are still willing to contain the advance of the sea, which occurs decisively and intensively destroying the homes of community fishermen. The coexistence of tourists with the community is respectfully among older fishermen, tenants ladies, with their stories of struggle. The research

\* Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG. E-mail: mariaf@uft.edu.br

\*\* Professora de Turismo e Hospitalidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Mestre em Gestão de Turismo do PPGTUR/UFRN. E-mail: jaci@ifto.edu.br.

aimed to investigate the importance of the community-based tourism focuses on people, besides highlighting the social and economic contradiction there existing supported by state public policy, responsible for the implementation of this type of tourism. The difficulties for survival, one related to the power of the territory, more cushioned on the one hand, the advance of the sea on the other, by large estates, in contrast to the poverty and simplicity of Ponta Grossa people.

**Keywords:** Tourism. Survival-territory. Political public

## RESUMEN

La comunidad de Ponta Grossa, ubicada a la margen del mar, en el municipio de Icapuí en Ceará, región Nordeste del Brasil, ocupa una franja de playa de un kilómetro, dónde vive cerca de trescientas personas, todas originarias del mismo tronco familiar. La comunidad sobrevive a la base de turismo comunitario que sustituyó a la cultura pesquera debido a la escasez de peces y langostas. Desde lo alto, se ve el mar abierto, la vegetación formada por cocoteros, acantilados y plantas nativas, es tánto da vía dispuestos a contener el avance del mar, que se produce de manera decisiva e con intensa destrucción de las casas de los pescadores de la comunidad. La convivencia de los turistas con la comunidad es respetuosa entre los pescadores mayores, las señoras, con sus historias de lucha. La investigación tuvo como objetivo investigar la importancia que el turismo de base comunitaria incide sobre la población, además de poner de relieve la contradicción social y económica allí existente con el apoyo de las políticas públicas del Estado, responsable por la implantación de este tipo de turismo. Las dificultades para la supervivencia, una relacionada con el poder del territorio, cada vez más aminorado, por el avance del mar, de otro, por los grandes latifundios, contrasta con la pobreza y las en cillez de la gente de Ponta Grossa.

**Palabras-clave:** Turismo supervivencia. Territorio. Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

As principais características que o TBL oferece estão assentadas no documento intitulado “Declaração de Fortaleza”, produzido no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, de maio de 2008, onde se institucionalizaram os conceitos e as estratégias para o entendimento e as deliberações para o Turismo de Base Comunitária.

A ideia central é identificá-lo como contraponto ao turismo convencional ou de massa, regido pela ética da sustentabilidade e da autonomia, construídas coletivamente em contraponto à lógica da dominação economicista. Nessa ordem de valores, previam-se, além das normativas gerais relacionadas à construção de alianças entre organismos e movimentos sociais, a ampliação de teorias e métodos de análise de projetos, bem como de forma mais focada na atividade turística.

Este artigo tem o objetivo de avaliar os efeitos do TBL na comunidade de Ponta Grossa, nos limites da cidade de Icapuí, no Ceará, tomando como referência a aceitação e o êxito dessa modalidade de turismo naquela comunidade.

As histórias sobre Ponta Grossa são inúmeras e todas elas levam em conta a presença de uma comunidade de indivíduos com biótipo físico distinto dos nativos que povoam aquela área do litoral cearense, que possuem fortes características indígenas. Ali, num estreito de praia entre o mar e as falésias, habitam descendentes de espanhóis ou holandeses, não se sabe ao certo a origem desses típicos representantes

galegos – como são chamados pelos nativos –, muitos com a pele já bronzeada pelo sol desses trópicos, mas que chamam a atenção pela cor dos olhos e o loiro dos cabelos.

Ponta Grossa faz parte do município de Icapuí, se localiza entre Retiro Grande, que é limite de Aracati com Icapuí, e é sucedida por Redonda, também em Icapuí. O município é o mais oriental do Ceará, tem uma população estimada de 19.129 mil habitantes, pelo censo de 2013, fica a leste de Quixaba, cerca de uns 30 km pela praia.

Dentre as muitas histórias que se contam sobre Ponta Grossa, está a que foi naquelas terras que o Brasil foi descoberto, muito antes de Cabral, pelo navegador espanhol, quando desembarcou no Brasil, Vicente Pinzón. De toda maneira, como Pinzón não realizava uma viagem oficial, a visita não foi aceita como um descobrimento. Fala-se que Pinzón, dois meses antes de Cabral chegar a Porto Seguro, na Bahia, teria batizado o lugar de Cabo de Santa Maria de La Consolación.

Os dados econômicos e sociais de Ponta Grossa são raros, vez que é uma comunidade com cerca de 200 habitantes e essas informações se encontram através do município sede que é Icapuí. Dados históricos, por exemplo, estão sendo catalogados por Josué Pereira Crispim, que pertence à família Crispim, que são os descendentes europeus da comunidade.

A história de Ponta Grossa é resgatada por este pescador autodidata, que foi achando, recolhendo e guardando objetos, coisas do cotidiano das pessoas que habitaram Ponta Grossa: um cachimbo com palavras em holandês, algumas garrafas com sementes, escritos, utensílios de cozinha, livros, e uma quantidade de objetos. Com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco, que enviou o acadêmico Gilvanildo Ferreira, do curso de Museologia e a parceria do IPHAN com a empresa Arqueo Sócio. Eles realizam cuidadoso levantamento das peças, identificando-as, informando datas e situação em que se encontram com a intenção de criar um museu para institucionalizar os fatos históricos de Ponta Grossa.

Alguns livros recontam a história de Ponta Grossa como um dos locais que antecederam o descobrimento do Brasil:

[...] Raimundo Girão acha que a Proto-História Cearense, de Tomás Pompeu Sobrinho, convence pela verdade de sua proposição: um autêntico e sério revisionismo deste ponto de vista da história brasileira. [...] Um detalhe a acrescentar é que Pompeu e Girão apontam não apenas uma, mas duas expedições espanholas chegadas ao Brasil antes de Pedro Álvares Cabral. A primeira foi a frota chefiada por Vicente Yanes Pinzón, que aportou no Ceará e desembarcou duas vezes em fevereiro de 1500. Após mais de dois meses da viagem iniciada em porto de Palos.

A segunda expedição pré-cabralina foi a de Diogo de Lepe, que saiu do mesmo porto de Palos um mês depois de Vicente Pinzón, com duas caravelas. Ele (Lepe) aportou nas águas do Rio Grande do Norte, seguindo, depois, até a ponta do calcanhar. Posteriormente, seguiu na direção norte, onde foi encontrar a cruz fincada por Pinzón. Diogo de Lepe denominou de *Rostro Hermoso* o local, referência a Santa Verônica, homenageada neste dia pelo calendário. Era exatamente a ponta do

Mucuripe, local do segundo desembarque de Pinzón para onde viera após a chegada à Ponta Grossa, cuja terra achara “árida, e os índios, hostis” (**Jornal do Brasil**, RJ, edição de 24.11.1968.).

Segundo Pompeu Sobrinho, Vicente Pinzón fez duas paradas ou estações nas costas cearenses. A primeira, no cabo de Santa Maria - na Ponta Grossa ou da Jabarana - no litoral do município de Aracati, e a segunda no Rostro Hermoso - o Mucuripe- em Fortaleza, no início de fevereiro de 1500, um pouco mais de dois meses, portanto, antes de Cabral chegar à Bahia.

A economia em Icapuí é baseada na produção agrícola, caju, coco, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão. A lagosta foi responsável por um período de ativa produção, mas se esgotou pela forma como foi explorada. Existem ainda três indústrias de produtos alimentares. O carvão obtido da oiticica e carnaúba, a mineração de areia, argila e diatomito, que é usada na fabricação de telhas, e há também incidência de petróleo, que é explorado pela Petrobrás na fazenda Belém (IBGE, 2014).

O turismo também é uma das fontes de renda, devido às belezas naturais ao longo da extensa faixa litorânea, como as praias: Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Perobas, Picos, Barreira, Requenguela, Barra Grande, Quitérias, Tremembé, Melancias, Praia de Arrombado e Manibu.

A renda per capita média de Icapuí cresceu 68,19% nas últimas duas décadas, o que equivale a um crescimento de 2,77%. A taxa média anual de crescimento foi de 0,71%. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 63,37%, em 1991, para 53,31%, em 2000, e para 33,32%, em 2010.

O IDHM passou de 0,478 em 2000 para 0,616 em 2010 - uma taxa de crescimento de 28,87%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,56% entre 2000 e 2010.

A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,50, em 1991, para 0,49, em 2000, e para 0,47, em 2010.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 60,76% em 2000 para 60,80% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 11,01% em 2000 para 8,49% em 2010. (PNUD, Ipea e FJP)

**Figura 1.** Ponta Grossa: a caracterização de Ponta Grossa como área de destino turístico é evidenciada pela paisagem, aqui em destaque as falésias que avançam para o mar.



## TURISMO DE BASE LOCAL, SOLIDÁRIO OU COMUNITÁRIO

As definições conceituais para o turismo de base local, turismo solidário, turismo comunitário, são muito parecidas, e todas, de uma maneira ou de outra, têm como fonte a economia solidária, outro conceito, também recente. Atrelado à geografia pela necessidade de apropriação dos espaços e territórios, está, de maneira bem próxima, também imbricado com a economia, já que se acomoda no setor de serviços.

Coriolano (2003) ressalta que é de responsabilidade dos planejadores e gestores do turismo a proposição de políticas públicas que se concentrem na mobilização e participação social, e que se aproximem de um modelo mais equânime de desenvolvimento (CORIOLANO, 2003, p. 30). Assim, da mesma forma, Irving (1998) afirma que “o desenvolvimento da atividade turística qualificada de ‘sustentável’ exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios [...]” (CORIOLANO, 2003, p. 32).

Todas essas exigências reverenciam uma nova maneira de pensar a economia e a dinâmica sócio-espacial, inclusive acreditando numa possível harmonia da exploração da economia com os recursos naturais pela filosofia de uma economia solidária, que nada mais é do que pensar no futuro respeitando os recursos naturais, as populações existentes no planeta além da preservação das culturas e ritos como a forma mais ética de sustentabilidade da humanidade sobre a terra.

O turismo de Base Local foi se expandindo, e novos nomes para formas similares de executá-lo surgiram como o turismo comunitário solidário que é pensado como proposta de desenvolvimento territorial sustentável da comunidade.

Irving e Azevedo (2002) se referem ao Turismo Comunitário Solidário como “turismo sustentável”, em que o desenvolvimento exige incorporação de princípios e valores éticos, uma forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, de implementação de projetos em parceria e participação.

A principal característica dessas formas novas de fazer turismo está centrada no respeito, vez que é essa comunidade que, numa proposta conjunta e cooperada, define que tipo de turista quer receber e como recebê-lo. O interesse pelos modos de vida das populações receptoras, o respeito ao simples e ao primitivo, são à base desse tipo de turismo que privilegia a alteridade e a outridade, as várias formas do devir dos habitantes relevando e valorizando os aspectos culturais e específicos provenientes de cada lugar visitado.

O princípio desse tipo de atividade quer reverenciar as comunidades ou localidades mais simples e singulares. Dessa forma, respeitado os princípios culturais, a economia tem seu círculo de distributivo sem macular a individualidade dessas comunidades, ao ponto que as relações empresariais e de negócios são também pactuadas pelo princípio do respeito aos recursos naturais, históricos e ecológicos, sendo dispensadas as formas abusivas do mercado e da acumulação capitalista.

A transformação da comunidade receptora ocorre à medida que se valorizam os aspectos culturais e ancestrais que são corriqueiramente postos à venda, não como uma mercadoria tangível, mas como um conjunto de valores que se agregam nesse produto, aí se inserindo a habilidade, a criatividade, a unicidade. Tudo isso nos leva ao desenvolvimento solidário.

A economia solidária é definida por Singer (2000, p. 123) como um conjunto de iniciativas e organizações que tem em comum a ideia de empreendimento econômico, mas tomando por base os princípios de igualdade distributiva, contribuindo para o combate à pobreza e ao desemprego.

Economia Solidária é, portanto, uma nova maneira de organização econômica, uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza, centrada na valorização do ser humano e não do capital, de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, se caracteriza pela autogestão, pela autonomia de cada empreendimento e pela igualdade entre os membros. Singer destaca: “É uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”. A Economia Solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos.

Além disso, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, que envolve a dimensão social, a econômica, a política, a ecológica e a cultural, ou seja, envolve todos os setores e

empreendimentos populares que trabalham a perspectiva dos seus princípios. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e preocupado com a conservação dos recursos naturais.

Ela passa a existir com base em uma postura crítica frente ao modelo atual excludente, e como uma alternativa de sobrevivência das camadas populares. Assim, é dentro da economia solidária que se enquadra a agricultura familiar, que se diferencia também por desenvolver, no cerne das classes excluídas, uma forma de relação solidária, de cooperação e de preocupação ambiental, diferentemente da agricultura patronal, que busca a maximização de lucros no sentido puramente econômico.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos – economia solidária, economia social, socioeconômica solidária, humano economia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc. –, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes, e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de se expressar.

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade.

O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos, e não o capital-dinheiro e sua propriedade, sob quaisquer de suas formas. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral, e de capital em particular. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a

contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

Esse sistema busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda, e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apoiam e se complementam. Articulando os vínculos sociais entre todos os envolvidos nesse processo solidário, é possível praticar o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global.

No caso do turismo comunitário solidário, é preciso que todos os envolvidos – turistas e visitantes – estejam conscientes de sua postura para a contribuição das práticas solidárias. É necessário que os visitantes tenham em mente seu papel como parte do processo de desenvolvimento local, à medida que participam e interagem diretamente com os moradores e a economia local. É importante que todos se sintam parte de um sistema orgânico de trocas de saberes e experiências, em que todos saem ganhando.

A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a vincular pessoas e coletividades sociais, dividindo conhecimento, e produzir e distribuir as riquezas, visando à suficiência, em resposta às necessidades de todos, e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

## O TURISMO COMUNITÁRIO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Partindo do pressuposto de que o turismo comunitário é uma atividade que visa o desenvolvimento e a valorização das comunidades e culturas envolvidas, nada mais coerente do que incluir e destacar nos planejamentos desta atividade a participação social e utilizar estratégias, ferramentas e práticas tais como o planejamento participativo, agricultura familiar, formas de organizações sociais alternativas, tais como o associativismo, cooperativismo e a economia solidária.

O Turismo como um fenômeno moderno e capitalista estruturou-se a partir de um modelo de desenvolvimento excludente e promotor de desigualdades sócio-espaciais. Para Ouriques (2005), a atividade

turística torna-se um produto e tem reproduzido, ao longo dos anos, as contradições do sistema econômico vigente, aguçando a lógica do capital, quando se apropria dos espaços e recursos naturais e culturais neles contidos, transformando-os em atrativos.

Neste contexto, podemos afirmar que o espaço é entendido como produto e não como reflexo da ação da sociedade. Para uma melhor compreensão do Turismo, não apenas como um instrumento de geração de emprego e renda, mas principalmente como uns elementos de integração dos indivíduos à vida social, devem-se considerar o espaço e o conjunto de práticas socioculturais como elementos de um processo sensível e importante desse desenvolvimento.

Considerando que a atividade turística é capaz de provocar profundas transformações na forma de apropriação e uso do espaço pelos grupos sociais, quando redefine as singularidades e reorienta os usos desse espaço, torna-se necessário, na acepção de Coriolano (2005), a adoção de modelos que considerem as características internas como principal subsídio para a implementação de estratégias e ações.

Contudo, esta perspectiva apresenta-se bastante complexa, uma vez que percebemos uma grande dificuldade na implantação de um modelo de desenvolvimento turístico alternativo que tenha como alicerce os princípios de sustentabilidade (BURSZTYN, 2004). Esta dificuldade se revela com maior intensidade em regiões marcadas pela elevada fragilidade do poder político local, desigualdade social e baixo grau de organização social.

## **PONTA GROSSA: ENTRE DOIS MUNDOS**

A visita à comunidade de Ponta Grossa, no município de Icapuí, ocorreu entre os dias 28, 29 e 30 de setembro de 2014. Ponta Grossa é uma localidade de beleza surpreendente. À beira mar, a população se concentra numa faixa da praia de 1 km, onde residem cerca de 300 pessoas, todas originadas do mesmo tronco familiar.

A dificuldade em chegar a Ponta Grossa está na falta de transportes. Geralmente, o ônibus ou as vans passam pela estrada que liga Fortaleza a Icapuí. A parada mais recomendada é a da praia de Redonda. As motos circulam geralmente levando três pessoas, contando com o motorista, e muitos não usam capacetes.

O trajeto de Redonda a Ponta Grossa custou R\$ 10,00 (dez reais) em moto. No caminho, Josafá, o mototaxista informou que a comunidade de Ponta Grossa funciona com um tipo de turismo diferente: “eles não permitem som alto, as barracas de praia para comércio são proibidas e são pessoas calmas, mas tudo tem preço, diferentes dos habitantes de Redonda, que são mais abertos e dividem as coisas, desde comida até um lugar de dormir”.

A praia fica logo abaixo de uma serra. Do alto, se vê o mar aberto, a vegetação formada por coqueiros. Muitas plantas nativas ainda estão dispostas de maneira a conter o avanço do mar, que ocorreu de maneira decisiva nos anos de 1974, 1979 e 1985 e 1990, destruindo as casas simples dos pescadores da comunidade.

Há incidência de mangues, e existe um criatório natural de peixes, que é cuidado por um pequeno empresário de alimentação, que comercializa frutos do mar. O Senhor Sidrack, um dos descendentes da família Crispim.

O turismo de Base Local ou Comunitária é a vertente que mantém a estrutura econômica de algumas dessas famílias. A convivência entre o turista e a comunidade ocorre de maneira respeitosa, e não há como não parar para tirar um dedo de prosa com os pescadores mais velhos, alguns com cabelos branquinhos, com a pele tostada pelo sol e com muita história de luta e de sobrevivência na praia de Ponta Grossa.

A vida cotidiana é mediada pela pesca. Em todos os lugares, há redes, remos, barcos, gaiolas para apreender peixes. As mulheres mais velhas tecem o labirinto, como é o caso da Sra. Rita Crispim da Silva, esposa do pescador Alderi Pereira da Silva (foto 2), que começou a pescar com 8 anos de idade. As mais jovens constroem pequenas casas visando ocupá-las com os turistas que chegam para conhecer as belezas e a vida desse povo simples e hospitaleiro.

**Figura 2.**



**Figura 3.**



As dificuldades para sobreviver como empresários são muitas. Uma delas reside na falta das escrituras para as terras ocupadas. Cercados de um lado pelo mar, de outro por grandes fazendas de patrimônio do industrial Edson Queiróz, que ocupa uma grande extensão de terras, verdadeiros latifúndios, a população de Ponta Grossa obteve no turismo, sob a categoria de TBL, a oportunidade de obter uma fonte de renda para remediar a escassez do pescado.

Na localidade não há escola. As crianças precisam se deslocar para Redonda, no ônibus rural. Também não há postos de saúde. A religião praticada é a evangélica, o que, segundo relato dos moradores, inibe o consumo excessivo de drogas e álcool pela população.

A caracterização de Ponta Grossa como área de destino turístico é evidenciada pela paisagem:

[...] selvagens com falésias de diferentes cores, é marcado por uma enorme ponta de pedra em barro vermelho que entra mar adentro. Na maré baixa, expõe uma fonte de água doce na praia. Aqui os visitantes observam as belas formações rochosas com as mais variadas cores, do amarelo, passando pelo laranja, vermelho, ocre e até mesmo incríveis tons de vinho que lembram os cenários de filmes como 'O Piano' e 'Guerra nas Estrelas'. (ROTEIRO CEARÀ)

Evidentemente, a beleza de Ponta Grossa é determinante para os investimentos prévios que o poder público visa aperfeiçoar com a introdução de manutenção de um turismo ecológico, como é descrito no site da prefeitura de Icapuí, quando se refere à Ponta Grossa.

No trabalho de campo, evidenciamos algumas questões relacionadas ao desenvolvimento desta atividade, que são oferecidas através da Rede Cearense de Turismo Comunitário: Tucum.

A rede Tucum é uma organização que atua desde 2008 e envolve gestores e grupos de comunidades da zona costeira que realizam o turismo no Ceará. A filosofia está centrada no respeito às culturas locais e às atividades tradicionais como a agricultura e a pesca.

Em Ponta Grossa, uma parte da população passou a adotar a atividade turística na modalidade do turismo comunitário, depois do recuo da atividade pesqueira que é tradicional naquela região. Quase todos os entrevistados mantiveram suas famílias da pesca de lagosta, principalmente por longo tempo. Brasil (2011) comenta a situação de crise do setor pesqueiro tradicional ocorrido em Icapuí e que repercute em Ponta Grossa.

Esse município não é só conhecido pela beleza de suas praias, mas também pela pesca de lagostas em suas águas. Apesar da crise no mercado da lagosta, no Ceará, houve uma retomada. Em 2009, 1.200 toneladas haviam sido retiradas do mar. No ano anterior foram 820 toneladas, em 2010, a produção do crustáceo no Estado já soma, até setembro, 1.578 toneladas, segundo dados do IBAMA. O Ceará é responsável por 70% das exportações da lagosta no país, e Icapuí é o maior produtor do Estado do Ceará.

A falta da lagosta, ocasionada pela forma predatória de se praticar a extração do pescado nos mares de Ceará, dividiu a atividade pesqueira em Icapuí num verdadeiro campo de batalha, onde, de um lado, estavam os pescadores que primavam pela forma sustentável, usando manzuás<sup>1</sup>, e a outra parte, que realizava a pesca ilegal utilizando marambais<sup>2</sup>, compressores e redes.

O turismo surge, neste cenário, aliando os atrativos disponíveis abundantes com a incipiência da economia, usando, como é comum no Nordeste, o patrimônio natural. As políticas públicas que visam estabelecer as bases estruturais para dar suporte ao turismo buscam direcionar as secretarias de turismo para captação de projetos que estabelecem roteiros turísticos, atraindo recursos financeiros que viabilizem a infraestrutura e os serviços públicos.

<sup>1</sup>Os manzuás são armadilhas fixas de formato hexagonal e estrutura de madeira, revestida com tela de arame galvanizado Nº 18, conhecido como arame lagosteiro. Na parte lateral possuem uma abertura quadrada denominada de sanga de aproximadamente 10 cm de lado, revestida com malha de nylon multifilamento R-TEX 210/18. O tamanho da malha é legalmente estabelecido em 5cm, medidos entre nós. Existem variações de dimensões e formatos, tendo em consideração os hábitos das diversas regiões (Castro e Silva & Lira Cavalcante, 1994). O Tamanho da malha proporciona a pesca somente de lagostas adultas. (BRASIL, 2011)

<sup>2</sup>Marambais são nichos artificiais feitos com troncos de árvores, sarrafos e tábuas colocadas no mar para atrair o crustáceo e que foi mudada usando tambores tóxicos para pesca predatória de lagosta.

Neste sentido, cabe à governança local ser o mediador de interesses entre a iniciativa privada, o setor público e o terceiro setor vinculado ao turismo, e que nem sempre atende à situação social-econômica e política de determinados espaços regionais, como é o caso de Ponta Grossa.

As ações que o estado promove estão geralmente relacionadas ao Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE), que tem o objetivo de proporcionar recursos advindos de instituições internacionais de fomento e que geralmente estão distantes das necessidades dos pequenos empresários, que precisam do apoio do Estado, porque são aqueles sem condições de responder às desigualdades econômicas inerentes ao sistema capitalista.

A situação de aceitação da proposta de um turismo de base comunitária em Ponta Grossa não ocorre como a que é desenvolvida em Mamirauá, no Amazonas, por exemplo. O Projeto integrado Conservação e Desenvolvimento de Mamirauá, no estado do Amazonas, que é citado como uma experiência inovadora, inclui as práticas turísticas sustentáveis em Unidades de Conservação, diferente de Ponta Grossa na forma, mas não na filosofia.

O que diferencia a experiência de Ponta Grossa de outras iniciativas que visam estabelecer a restituição de áreas degradadas –seja pela exaustão dos recursos, seja pela saturação das ofertas motivadas pelos efeitos inerentes à atividade turística – é, como reconhece Inoue sobre Mamirauá (2006):

[...] de uma experiência implementada localmente, mas que mobiliza indivíduos e instituições do nível local ao global. Assim, dois aspectos inovadores devem ser ressaltados: (i) a combinação de objetivos de pesquisa, conservação de biodiversidade e desenvolvimento sustentável; (ii) os complexos arranjos institucionais, sociais, políticos, legais e financeiros para apoiar tais objetivos.

Texto de Machado; Villela<sup>3</sup> apontam também as iniciativas de Currallinho e Pedras Negras em Rondônia. Localizada às margens do rio Guaporé, a dois quilômetros de Costa Marques, a Reserva Extrativista de Currallinho tem como ecossistema principal o chamado “pantanal do Guaporé”, que abriga fauna de grande porte abundante, incluindo espécies ameaçadas de extinção.

A reserva conta com um centro de visitantes, oferece trilhas pela floresta até os lagos de seu interior, onde é possível avistar macacos e aves da região. Subindo o Guaporé, em direção ao centro de seu pantanal, está outra reserva extrativista, a de Pedras Negras, com lagos, igapós, baías e matas repletas de castanheiras e animais de grande porte. Passeios de barco pelas trilhas na mata e pelos igarapés e a convivência com os moradores das reservas são atrativos adicionais para os visitantes. (Proecotur)<sup>4</sup>

Tanto Mamirauá, Currallinho e Pedras Negras põem em cheque as ações de turismo, considerando indicadores de sustentabilidade. No caso de Mamirauá, o primeiro empreendimento comunitário de Ecoturismo em Reservas Extrativistas na Amazônia, financiado pelas instituições WWF (Fundo Mundial da

<sup>3</sup> Disponível em: <http://cirandas.net/turismo-de-base-comunitaria>

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/rond.html>

Vida Selvagem) no Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Governo do Estado de Rondônia e Universidade de Rondônia (BADIALLI, 2004, p. 90).

No caso das experiências promovidas pela rede Tucum, em parceria com a ONG Terra mar, um estudo realizado por Barbosa (2011) aponta algumas conclusões interessantes, que dizem respeito à importância dessa modalidade de turismo para fortalecer a representatividade das comunidades frente ao mercado consumidor. Entretanto,

[...] as políticas de turismo não foram capazes de promover o desenvolvimento social, nem o desenvolvimento local, nem poderiam ser capazes, pois exigiria uma política macro que defendesse esse objetivo. Embora caminhe a passos lentos, tem apresentado apoio e incentivo às mudanças socioeconômicas em muitos lugares.

Em Ponta Grossa, a luta pela sobrevivência através do turismo comunitário evidencia um grande distanciamento do governo de entidades como as universidades e ONGs na mobilização e apoio dessa iniciativa. A oferta de passeios está amparada pelo litoral belíssimo, mas é uma paisagem repetitiva dada à grande orla praieira do Ceará e as grandes ofertas de outros destinos interligados e com um mercado mais consolidado.

Os alojamentos nas residências que vão, pouco a pouco, deixando a arquitetura de taipa e sendo substituída pelo tijolo é uma oferta barata e atrativa para o turista pouco exigente, aquele definido pelo tipo de turismo comunitário que valoriza as experiências cotidianas dos habitantes locais. As atrações são várias, mas todas estão assentadas nas ofertas da natureza e, neste lastro, nos aspectos simples do devir de seus habitantes.

Desde a culinária marcada pelos peixes e frutos do mar, acompanhados com arroz branco, tapioca e algumas variações nas guarnições regionalizadas, os atrativos da área litorânea nordestina são únicos, mas todos apresentam seus roteiros subsidiados pelo litoral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta da sobrevivência através das atividades econômicas existentes em Ponta Grossa está essencialmente imbricada com a pesca e a atividade turística. A situação de instabilidade desse pequeno fragmento territorial, espremido entre o mercado avassalador e competitivo que engole, a cada dia, mais áreas territoriais nos investimentos que envolvem grande monte de capital e despreza a sobrevivência de biomas e culturas tradicionais, é desmotivada pela falta de apoio das instituições e da governança local, que não investe nesse segmento de economia.

As deformações de territórios e das vidas de pessoas pela necessidade de apropriação capitalista já deram provas de que os excessos da exploração são devastadores e exigem urgência para que pensemos o

mundo por uma ótica diferente daquela que foi constituída ao longo de séculos de existência, de exploração e de trabalho das comunidades.

O Turismo de base comunitária, pelo seu próprio conceito, exige um olhar humanizado e desconectado com essas alianças, que introduziu na concepção de desenvolvimento a especulação financeira, a geração de grandes fontes de renda e de capital, investimentos que ultrapassam as reais necessidades das populações humanas para a acumulação e o enriquecimento de uns poucos. Essas articulações empresariais não satisfazem, de um lado, as necessidades básicas das pessoas que, envolvidas no sistema, os sustenta, não supre a fome, não produz moradia, uma oferta de saúde pública e educação adequada à demanda populacional, como também não assegura a sobrevivência de patrimônios naturais, recursos humanos, todos fontes já comprometidas.

A exemplo da exploração de lagosta predatória, que esgotou a fonte de recurso para a sustentação da maioria em Icapuí e região, o turismo, da mesma forma, pode desencadear alterações internas devastadoras para as áreas que o desenvolvem sem um projeto de planificação que vislumbre a escassez de todos os recursos, mas, de toda sorte, a incidência de um pensamento de governança menos voltado para as bases econômicas e direcionado para dar longevidade aos recursos naturais e as populações sem resistência aos impactos do capitalismo são necessárias, o que origina o termo solidário, comunitário, local na junção das atividades econômicas, como é o caso do turismo.

Para Ponta Grossa, essa experiência tem possibilitado a sobrevivência dessas famílias, apesar do sentimento de distanciamento que esses pequenos empresários salvaguardados pelo destino histórico de terem ancorado suas naus em um estreito pedaço de terra que hoje se limita a um quilômetro de extensão experimentam no devir de suas vidas. Apesar da falta de títulos de propriedade das terras, essas pessoas, sem outras alternativas e entranhadas ao território pela necessidade de sobrevivência, estão gestando um tipo de dinâmica que perpassa pela economia solidária, e, mesmo que sem muita consciência dessas definições, incubam uma forma de vida mais livre e amparada pela solidariedade, uma proposta diferente e quiçá salvadora.

## REFERÊNCIAS

- BADIALLI, J. E. L. "Unidades de conservação e o turismo sustentável no Brasil". In: NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. **Ecoturismo – práticas para turismo sustentável**. Manaus: Valer, 2004.
- BARBOSA, L.M. **Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará**. Dissertação de Mestrado em Geografia, UECE, Fortaleza, 2011.
- BRASIL, E. P. "Identidades e conflitos nas técnicas de pesca da lagosta em Icapuí-Ceará". In: Ipea, Code: **Anais...** do I Circuito de debates acadêmicos, 2011.

BURSZTYN, I. et al. "Programa de promoção do turismo inclusivo na Ilha Grande, RJ". In: **Anais...** do Encontro nacional do turismo com base local. 2004, Paraná: Curitiba.

CORIOLOANO, L. N. M. "A exclusão e a inclusão social e o turismo". In: **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. v. 3, n. 2, 2005.

CORIOLOANO, L. N. M.; LIMA, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidades socioambiental**. 1. ed. Ceará: EDUECE, 2003.

FONTES, E. O; LAGE, C. S. "Apropriação do espaço pelo Turismo em Sauípe e seu impacto no desenvolvimento local". In: CORIOLOANO, L. N. M. T. et al. **Turismo comunitário e responsabilidade sócio-ambiental**. Ceará: EDUECE, 2003.

GIRÃO, R. **O descobrimento do Brasil por Vicente Pizón**. Disponível em [http://www.raimundogirao.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=57&Itemid=96](http://www.raimundogirao.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=96). Acesso em 11/01/2015.

JACOB, P; FERREIRA, L. S. (Orgs.) "Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil". São Paulo, ANPPAS, Editora Anna Blume, 2006. In: INOUE, C. Y. **O conceito de regime global de biodiversidade e experiências locais de conservação e desenvolvimento sustentável**. Artigo publicado no ANPPAS, Brasília in: (s.d). [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT13/cristina\\_inoue.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/cristina_inoue.pdf). Acessado em 15/01/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230535&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>. Acessado em 16 de janeiro de 2015.

IRVING, M. A. "Turismo e ética: premissa de um novo paradigma". In: CORIOLOANO, L. N. M. **Turismo com ética**. 2. ed. Ceará: FUNECE, 1998.

LITTLE, P. E. **Políticas ambientais no Brasil**. 1. ed. São Paulo: IIEB, 2003.

MACHADO, M. C. S.; VILLELA, L.C. **Turismo de base comunitária como alternativa para inclusão social**. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/MariaClaraMachado.pdf>. Acesso em 14/12/2014.

MARCON, E. M. G.; BARRETTO, M. "O turismo como fator de inclusão social via desenvolvimento local". In: **Anais...** do Encontro nacional do turismo com base local, 2004 Paraná: Curitiba.